



Ilustríssima autoridade superior, por intermédio dos ilustríssimos membros da Comissão de Licitação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

EDITAL PLP N° 036/2022

**ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.739.158/0001-75, com sede em Rua Natal Cecone, nº 145, município de Curitiba (PR), de ora em diante apenas “**ITAJUI**”, por seu representante legal, vem, perante essa d. Comissão, com fundamento no item 11 do Edital, interpor atempado **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que declarou habilitado o **CONSÓRCIO POTECAS**, formado pelas empresas COSATEL–CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA e ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL, com fundamento nas razões que passa a expor.

## **I– RESSALVA INICIAL E TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

A ITAJUI destaca afirma o respeito que dedica aos membros desta digna Comissão. Destaca-se que o recurso destina-se à preservação do seu direito e da legalidade do certame. As discordâncias deduzidas neste instrumento fundamentam-se no entendimento que se pretende para o texto constitucional e das leis que regulamentam as licitações, diverso daquele adotado pela Comissão e que habilitou o **CONSÓRCIO POTECAS**.

O presente recurso é tempestivo, pois protocolado dentro do prazo determinado pela própria Comissão Permanente de Licitação, qual seja o dia 06/06/2022.

Segue a exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos que sustentam os pedidos formulados neste recurso.

## **II – A LICITAÇÃO PLP N° 036/2022**

A CASAN publicou Edital PLP N° 036/2022 destinado à *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ETE DE POTECAS EM SÃO JOSÉ/SC”*.

Logo se vê tratar-se de serviços de saneamento básico e, portanto, importantíssimo para a comunidade. Além de vultosos, em razão do seu valor financeiro, os serviços são complexos.

O principal objetivo dos serviços de saneamento é manter um ambiente saudável, prevenindo doenças de veiculação hídrica, responsáveis por altos índices de mortalidade precoce, mormente de mortalidade infantil.

Os serviços bem prestados impactarão positivamente na melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, os serviços devem ser executados por empresa, ou consórcio de empresas, que tenha inquestionável qualificação (técnica e econômico-financeira).

As regras do edital devem ser respeitadas, contudo, o CONSÓRCIO POTECAS foi habilitado a despeito de descumprir algumas exigências do Edital.

## **III- A NECESSIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO POTECAS DIANTE DO DESCUMPRIMENTO DE ALGUMAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL**

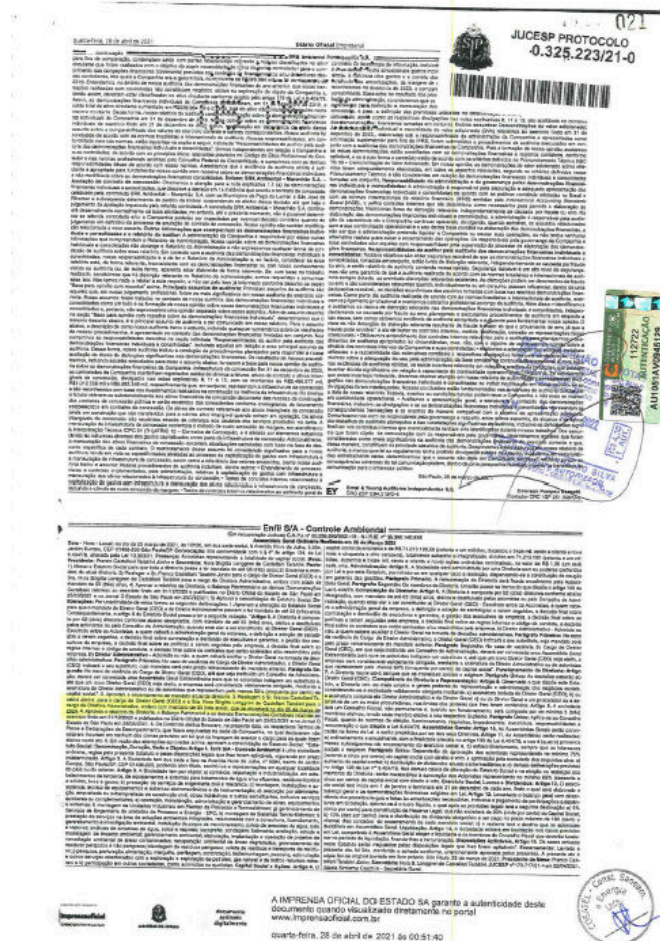
Confirmam-se o teor do item 8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, subitem 8.1.1 do edital, que exige a apresentação, pelo licitante, de:

### **8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**8.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso**

de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores. (grifo nosso)

O CONSÓRCIO POTECAS apresentou a publicação da ATA de eleição de seus administradores, contudo **NÃO** apresentou Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, devidamente registrado e, tão pouco o termo de posse de seus administradores, vejamos (Fls. 021):



Ressalta-se que o documento apresentado refere apenas a ATA de eleição de seus administradores e não substitui a apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, devidamente registrado.

Confirmam-se o teor do item 8.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, subitem 8.4.1.1.2 do edital, que exige a apresentação, pelo licitante, de:

## 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 8.4.1. Qualificação Profissional

8.4.1.1.2. A comprovação da **Qualificação Técnica do Profissional** dar-se-á mediante apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica, acompanhado da **Certidão de Acervo Técnico** com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que o profissional foi responsável pela execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto lícitado.

O item acima foi objeto de 02 esclarecimentos, vejamos:



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – GLI  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DICOL

Página 1 de 1

Florianópolis, 18 de abril de 2022.

#### PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 036/2022 - ESCLARECIMENTO Nº 01

Prezados Licitantes,

Em atenção à consulta formulada por determinada(s) empresa(s) interessada(s) em participar do referido processo seguem abaixo os esclarecimentos da área técnica:

#### Questionamento 01:

O Edital item 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, 8.4.1. Qualificação Profissional, 8.4.1.1.2. “A comprovação da Qualificação Técnica do Profissional dar-se-á mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que o profissional foi responsável pela execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto lícitado”

Pedimos esclarecer exatamente qual é a exigência de comprovação da Qualificação Técnica Profissional.

O nosso entendimento é que serão aceitos atestados de Capacidade Técnica Profissional (CAT) do Engenheiro Civil e do Engenheiro Mecânico de execução de estação de tratamento de esgoto, sem exigência de capacidade de vazão ou tipo do tratamento.

NOSSO ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO?

#### Resposta 01:

Em atendimento ao questionamento postulado pela licitante, esclarecemos que:

A qualificação técnica profissional, conforme redação do item 8.4.1.1.2 do edital é clara em estabelecer que o profissional comprove que foi responsável pela execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto lícitado. (grifo nosso).

Neste norte e seguindo a exigência estabelecida no quadro do item 8.4.2.1, o profissional deve comprovar experiência em “execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”

Florianópolis, 20 de abril de 2022.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 036/2022 - ESCLARECIMENTO Nº 02

Prezados Licitantes,

Em atenção à consulta formulada por determinada(s) empresa(s) interessada(s) em participar do referido processo seguem abaixo os esclarecimentos da área técnica:

Questionamento 01:

Ainda com relação a resposta do questionamento 01, esclarecimento01, perguntamos:

Pergunta: Entendemos que o único profissional perante ao CREA, que tem competência para executar uma estação de tratamento de esgoto, é o engenheiro civil conforme artigo 7- RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, não sendo esse tipo de competência do engenheiro mecânico. Está correto nosso entendimento?

Resposta 01:

O profissional eng. Mecânico deve comprovar a experiência, dentro de suas atribuições, em obras de estações de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização.

Tanto o Edital quanto os esclarecimentos deixam claro a necessidade da licitante comprovar a **experiência técnica profissional** mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica acompanhado da Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado CAT, de **Eng. MECÂNICO** em obras de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com a comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização.

Resta claro que o CONSÓRCIO POTECAS não apresentou a comprovação conforme exigido pelo Edital, devendo ser inabilitado.

Confira-se o teor do item 8.4.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL, subitem 8.4.2.1 do edital exige a apresentação, pelo licitante, de:

## **8.4.2 QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL**

**8.4.2.1.** As participantes deverão apresentar **Atestado de Qualificação Técnica Operacional** emitido por pessoa jurídica, acompanhado com a **Certidão de Acervo Técnico** com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que



comprove que a licitante já executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTITATIVO LICITADO	QTD. MÍNIMA SOLICITADA EM ATESTADO
1. Impermeabilização de superfícies em contato com esgoto	43.787m <sup>2</sup>	21.893m <sup>2</sup>
2. Concreto Estrutural, Fck 40 Mpa	18.068m <sup>3</sup>	9.034m <sup>3</sup>
3. Execução de Estação de Tratamento de Esgoto	Uma de 600L/s	Uma de 300L/s

**OBS:**

a) Será aceito para comprovação dos itens 1 e 2 o somatório de no máximo 06 (seis) atestados para cada item.

b) No item 3, a comprovação será aceita mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a *“execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”*.

c) Atestados emitidos em nome de consórcio serão considerados, para efeito de comprovação das quantidades, os serviços executados individualmente pela licitante discriminado no atestado ou o contrato de constituição do consórcio. Caso não conste expressamente no atestado ou certidão o quantitativo executado, deverá ser juntada cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas na proporção quantitativa de sua participação no consórcio.

II – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

O CONSÓRCIO POTECA S apresentou para comprovação do item 3. do quadro acima Certidão de Acervo Técnico – CAT de número 1859/2018 – SANEPAR em nome do profissional Luis Carlos Zovin de Barros Fernandes, contudo o atestado **NÃO** atende a **OBS: b) no item 3**, de que a comprovação será aceita mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a **“execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300 L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”**, vejamos (Fls. 221):



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

<b>LUIS CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES</b>	
Carteira Profissional: SP-5061356389/D	RNP Nº.: 2604348225
Acervo Técnico Nº.: 1859/2018	Protocolo Nº.: 2018/00136993
Selo de autenticidade: A 056649	

---

ART Nº.....	20170463330 D.....	Registrada: 02/02/2017.....
ART Substituída.....	20144877319 D.....	
Empresa Executora.....	ENFIL S/A - CONTROLE AMBIENTAL	
Contratante(s).....	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR - CNPJ/CPF: 76.484.013/0001-85.....	
Tipo de Contrato.....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	
Atividade Técnica.....	EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....	
Área de Competência.....	SISTEMAS DE SANEAMENTO.....	
Tipo de Obra/Serviço.....	ESTAÇÕES/SISTEMAS TRATAMENTO DE ESGOTOS.....	
Serviço Contratado.....	EXECUÇÃO.....	
Dimensão.....	2.200,00 L/S.....	Área Existente: 0,00 L/S.....
Área Ampliada.....	10,00 L/S.....	Área de Reforma: 0,00 L/S.....
Dados Complementares.....	0,00	
Local da Obra.....	PARQUE IGUAÇU, S/N BOQUEIRÃO.....	
Município/Estado.....	CURITIBA/PR.....	
Data de Início.....	23/10/2014.....	Data de Conclusão: 27/10/2016.....
Doc. de Conclusão.....	DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....	
Descr. Compl. Serv.....	EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DE CURITIBA-ETE BELÉM 1. ETAPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, COMISSIONAMENTO E START-UP, AUMENTO DA CAPACIDADE DA ESTAÇÃO DE 1250 L/S PARA 2500 L/S (CONTRATO ASSINADO EM CONSÓRCIO- SENDO 50% PARA CADA CONSÓRCIADO).....	
Observação.....		

Portanto, estando totalmente em desacordo com às exigências do edital a este respeito, pois o CONSÓRCIO POTECAS deixou de comprovar a exigência de qualificação técnico-operacional, mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a **“execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300 L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”**, o CONSÓRCIO POTECAS deve ser inabilitado, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao Edital e julgamento objetivo.

#### IV -A NECESSIDADE DE RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO

É evidente que a habilitação do CONSÓRCIO POTECAS, que deixou de comprovar integralmente as exigências de qualificação técnico-operacionais, viola o

princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do julgamento objetivo.

A Comissão de Licitação deveria realizar um julgamento estritamente objetivo, levando em consideração apenas as regras contidas no Edital.

Não foi o que ocorreu, *data venia*. A Comissão habilitou o CONSÓRCIO POTECAS inobstante ter descumprido exigências editalícias importantes, que tratam da qualificação técnico-operacional.

Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, vale citar a doutrina de EGON BOCKMANN MOREIRA:

*A vinculação ao instrumento convocatório* pode ser entendida como princípio de limitação material e procedimental: a partir de sua divulgação, a Administração Pública e os particulares estão subordinados a ele. Devem estrito cumprimento aos seus termos e estão subordinados proibidos de o inovar (não só durante o processo licitatório, mas também quando da execução do contrato).

(...)

O instrumento convocatório assume natureza de ato regulamentar vinculante. Ele se desdobra no tempo e disciplina a relação jurídico-processual que se desenvolverá entre Administração Pública, interessados e terceiros. O instrumento regulamenta, em termos específicos, como se dará aquela determinada licitação e a relação administrativa material que surgirá quando da assinatura do futuro contrato. Por isto não pode ser alterado e muito menos desrespeitado: uma vez publicado, cogente é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. (*Licitação Pública*. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 79/80)

Vale citar a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO:

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto as regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da



licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13ª Ed., São Paulo: Dialética, 2009, p. 543)

Após essas considerações, com o devido respeito, a r. decisão recorrida violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. E, por conta disso, deve ser reformada para considerar o CONSÓRCIO POTECAS inabilitado.

Sobre o princípio do julgamento objetivo, necessária menção ao esclarecedor ensinamento de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

O princípio do julgamento objetivo almeja, como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou propósitos pessoais dos membros da comissão julgadora. Esta preocupação está enfatizada no art. 45 da lei. (*Curso de Direito Administrativo*. 15ª Ed., São Paulo: Malheiros, p. 489)

Cite-se, ainda, no mesmo sentido, as considerações de EGON BOCKMANN MOREIRA:

Ao seu tempo, o *princípio do julgamento objetivo* é o resultado da conjugação entre isonomia, impessoalidade e vinculação ao ato convocatório. Afinal, se os participantes – e respectivas propostas – devem ser objetivamente equivalentes para a Administração e se o instrumento convocatório define de forma objetiva os diferenciais a serem aceitos para a eleição da melhor proposta, dúvida não há de que o exame dos documentos apresentados precisa ser realizado de modo objetivo – isto é, sem a redução da escolha ao que é pessoal ao agente público. O conhecimento e o exame do objeto da licitação devem se dar segundo os referenciais estabelecidos no

instrumento convocatório (e não segundo aqueles íntimos ao sujeito examinador – que não pode agregar dados e compreensões pessoais ao objeto examinado). (*Licitação Pública*. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 80)

A habilitação do CONSÓRCIO POTECAS feriu o princípio do julgamento objetivo. A Comissão de Licitação não seguiu as ‘regras do jogo’ estipuladas pelo instrumento convocatório. A Comissão de Licitação habilitou o CONSÓRCIO POTECAS desprezando as regras editalícias.

Esse ato administrativo (habilitação do CONSÓRCIO POTECAS) é inválido e deve, nessa oportunidade, ser reformado para que os princípios acima mencionados sejam respeitados.

A jurisprudência no sentido de evitar a violação ao princípio do instrumento convocatório é farta. Confirmam-se alguns precedentes:

“Os requisitos estabelecidos no edital de licitação, “lei interna da concorrência”, devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente.” (STJ, 2ª Turma, REsp 253.008/SP, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARINS, julg. 17.09.2002.)

“Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; é preferível dizer que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei n. 8.666/93”(TJ-PR, 5ª Câmara Cível, Reexame necessário, 0458157-9, Relator GIL FRANCISCO DE PAULA XAVIER F GUERRA, julg. 20.01.2009.)

“Os termos do instrumento convocatório, a menos que afrontem o ordenamento jurídico pátrio, devem ser seguidos à risca, sob pena de exclusão do certame do candidato que deixou de observar a cláusula editalícia, a qual tem por finalidade última resguardar os princípios norteadores da Administração Pública, sobretudo



aqueles referentes ao procedimento da licitação. Proposta mais vantajosa é sempre e inevitavelmente uma das que preenchem integralmente os requisitos fixados no edital, de modo que as propostas produzidas em descompasso com as normas editalícias, mesmo que aparentemente mais benéfica ao interesse público, não devem sagrar-se vencedoras de licitações.”(TJ-PE, 7ª Câm. Cível, Agravo n. 01653416, Relator FERNANDO CERQUEIRA, julg. 21.10.2008.)

Para que os citados princípios sejam respeitados, o presente recurso deve ser provido para o fim de inabilitar o CONSÓRCIO POTECAS.

## **V- CONCLUSÃO**

Em vista do exposto, a **ITAJUI** pede o conhecimento e provimento de seu recurso administrativo, para que o CONSÓRCIO POTECAS seja inabilitado, pois descumpriu diversas as exigências editalícias, conforme comprovado no curso deste recurso administrativo.

Pede deferimento.

Florianópolis, 06 de junho de 2022.

**ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA**

LORENZO VARASSIN

Sócio Administrador